

Pergunta 1

A lei 10.257/01 também conhecida por estatuto da cidade traz importantes mecanismos em suas disposições. Disserte sobre os mesmos, bem como sobre os mecanismos subsidiários para que haja a promoção da saúde.

Modelo de Resposta:

Os mecanismos que aparecem nas disposições do estatuto da cidade são: o bem-estar, a qualidade de vida, a participação da comunidade a manutenção de áreas verdes bem como outros elementos.

LOPES (2010, APUD SPERANDIO e al) destaca o papel da participação popular para a promoção da saúde. Cita que a capacitação e o empoderamento da população torna o individuo capaz de exercer um maior controle sobre sua saúde, das outras pessoas e do meio ambiente em que vivem.

E os conceitos relacionados ao termo promoção da saúde podem ser resumidos em: atenção primária a saúde, políticas públicas saudáveis e ambientes e cidades saudáveis.

É necessário estabelecer práticas interrelacionadas e intersetoriais para promover bem-estar dentro de uma perspectiva de cidades e ambientes propícios a qualidade de vida.

Segundo BRANDÃO (2010) o que caracteriza o ambiente saudável é a profunda vinculação existente entre os cidadãos e seu entorno físico e social. Que não é possível falar de espaço saudável que os indivíduos não se sentem como parte dele. Os sujeitos precisam se sentir pertencentes aquele espaço, seja ele, o município, o estado, ou o país.

Pergunta 2

Qual é a concepção de espaço geográfico de Milton Santos e por que esse entendimento foi revolucionário para os estudos de epidemiologia no Brasil?

Modelo de resposta

Ao entender o espaço no contexto do desenvolvimento técnico-científico-informacional o setor saúde passa a entender a doença não apenas como o resultado da presença de vírus e bactérias (análise unicausal), mas, como resultado de uma dinâmica social complexa. Embora tenha referido ser “[...] apenas um observador das questões médicas [...]” (SANTOS, 2003b, p. 312) a sua contribuição à saúde foi e tem afirmado ser extremamente profícua e cada vez mais necessária...

Uma vez que o território é determinado pelas diferentes funções espaciais ou pelos diferentes usos espaciais, não é possível entendê-lo ignorando as relações políticas e econômicas que se estabelecem no modelo capitalista de produção (SANTOS, 1998b). Ao entender essas relações, que se desdobram em diferentes funções-usos espaciais, torna-se possível delimitar territorialmente um espaço para a implementação de ações práticas de saúde.

A abordagem do território nessa perspectiva permite estabelecer as relações entre os territórios em diferentes escalas. Assim, é possível transitar entre as escalas territoriais locais (acesso aos serviços, qualidade de vida, moradia, etc.) e sua relação com os mecanismos territoriais globais (políticas públicas, e, a partir daí, estabelecer a relação com os processos sociais como saúde, educação, renda, etc.

Pergunta 3

COVID-19 FAVELAS: FIOCRUZ APONTA QUE PANDEMIA TEM MAIS IMPACTO EM ÁREAS POBRES DO RIO

12/08/20

Relatos obtidos por novo monitoramento da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em comunidades pobres e favelas do Rio de Janeiro (RJ) sobre a covid-19, apontam que a pandemia atinge de forma mais expressiva as áreas mais pobres da cidade, com menos infraestrutura estatal.

As informações constam do Radar Covid-19 Favelas, lançado no dia 30 de julho com relatos de moradores de comunidades de Catiri, Jacarezinho, Mangueiras e Maré.

Fábio Araújo, sociólogo e pesquisador da Cooperação Social da Fiocruz que ajudou na construção do informativo, aponta que os relatos “dão conta dos processos de determinação social que produzem o processo de saúde e doença, como, por exemplo, as questões relacionadas ao saneamento, acesso à água, coleta de lixo, e como que isso tem se dado atualmente na realidade das favelas”, explica.

Repórter SUS

Edição Leandro Melito

Por: Ana Evangelista

Disponível em : <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/covid-19-favelas-fiocruz-aponta-que-pandemia-tem-mais-impacto-em-areas-pobres-do-rio>. Acessado em 28/09/21

Pergunta:

Considerando o fragmento de texto acima e o artigo **Política de promoção da saúde e planejamento urbano: articulação para o desenvolvimento da cidade saudável** estabeleça ponto(s) de convergência

entre eles. Adicionalmente, apresente, segundo o artigo, a interface entre a Política Nacional de Promoção à Saúde e o Planejamento Urbano.

O candidato (a) deve mencionar a convergência dos textos e na interface da Política Nacional de Promoção à Saúde e o Planejamento Urbano (**Partes em negrito do texto**). Colocando os dois aspectos recebe 20 pontos (10 cada um). Os 5 pontos adicionais pela forma: desenvolvimento, clareza, atendimento à norma culta da língua portuguesa e organização textual.

Modelo de resposta:

A convergência dos textos é o foco, ainda que de forma e ênfase diferentes, na importância do Planejamento Urbano na promoção da Saúde. O fragmento de texto sobre Covid-19 Favelas apresenta uma associação direta entre a intensidade da pandemia e a falta de infraestrutura urbana, tais como: dificuldade de acesso à água; baixa cobertura de saneamento básico e de coleta de lixo. Situações mais comuns em aglomerados subnormais como apresentado acima. O trabalho Política de Promoção da Saúde e Planejamento Urbano salienta que esse é uma ferramenta para melhoria da qualidade de vida e colabora na promoção da saúde.

O artigo tem por objetivo demonstrar as interfaces entre o Planejamento Urbano (PU) e a Saúde quando a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) completa 10 anos. **O trabalho identifica interfaces da PNPS com o PU no Brasil na medida em que aquela se preocupa com a melhoria da qualidade de vida, por vias de: desenvolvimento seguro (saneamento, habitação, transporte) alimentação saudável com inclusão social, redução da pobreza, entre outras.**

Nesse contexto, o artigo apresenta que a PNPS, com sua reformulação no ano de 2014, torna-se um marco histórico da República Brasileira por estabelecer como objetivo a promoção da qualidade de vida e dessa forma participar ativamente na pauta de Planejamento Urbano.

Questão 4

Pergunta

RAKSA; OLIVEIRA; SILVA (2016) realizaram e publicaram pesquisa sobre a **governança pública em saúde e os vazios assistenciais – territorialização para o planejamento e ações do estado**, cujos resultados contribuíram para a definição de vazio assistencial hospitalar, termo de tessitura aberta que não possuía convergência teórica, definindo-o como área territorial que apresenta déficit de leitos hospitalares, além de estabelecer os dez princípios para governança pública em saúde.

Com o advento da pandemia do COVID-19 as atuações das instituições ligadas a “gestão” da saúde no Brasil nos três níveis da federação passaram a chamar fortemente a atenção dos brasileiros, gerando-se diferentes entendimentos (as vezes até desentendimentos) quanto às responsabilidades no gerenciamento e combate à doença que trouxe uma nova realidade nas/para as vidas do povo brasileiro, desde a maior metrópole: São Paulo (SP) com 12.325.232 habitantes; até Serra da Saudade (MG) que é o menor município brasileiro com 776 habitantes (IBGE, 2020). Ora, realidades totalmente diferentes que fazem parte da mesma rede de gestão, governança, decisões e soluções.

A nova realidade mencionada pode ser caracterizada, haja vista a socialização da informação pelos canais oficiais institucionais e, principalmente, pela imprensa, pela efetiva participação do povo no acompanhamento das ações/atuações institucionais na gestão de leitos e medicamentos (principalmente a vacinação/PNI) nas diferentes regiões, estados e municípios deste Brasil continental de diferentes realidades sociais, econômicas, políticas, educacionais, culturais, etc. (...).

Nesse sentido,

Considerando o evidenciado no texto referenciado (RAKSA; OLIVEIRA; SILVA, 2016) e o federalismo brasileiro, não obstante eventuais revogações regulatórias havidas em relação à publicação do texto e o lapso temporal, disserte sobre a organização geoespacial do SUS na distribuição de leitos hospitalares e a

participação do povo na relação de agência centrada na governança enquanto instrumento de gestão, enfatizando seus princípios (da governança em saúde nos seus três tipos mostrados no texto), valorizando-se, sem desmerecimento dos demais, o princípio da Regulamentação e Vigilância em Saúde para a territorialização em saúde no contexto brasileiro de um país continental, federado e de diferentes realidades concernentes às regionalidades e ao seu povo.

PADRÃO DE RESPOSTA:

O Candidato deverá:

- 1) **(10,0)** mencionar, conforme o texto, **QUE** na organização geoespacial do SUS, devem ser considerados três componentes essenciais: **descentralização, hierarquização e regionalização**, o que permite a transferência do poder decisório em saúde – antes concentrado na esfera federal – para estados e destes para os municípios. **QUE** dessa forma, redefinem-se as responsabilidades em saúde entre os entes federados e reforça-se a **importância dos estados e municípios na condução da política de saúde**.

- 2) **(3,0)** mencionar **SOBRE** a efetiva participação do cidadão/usuário como **o principal** da **relação de agência** centrada na governança enquanto instrumento de gestão equitativa, destacando: como **principal, o povo/cidadão/usuário**; e como **agente, o Estado e/ou o SUS**.

- 3) **(12,0)** mencionar sobre os três tipos de governança em saúde e (...)

Tipo de Governança	Definição
Governança da Saúde	Melhores práticas para gestão da saúde e que consideram a interação entre os atores envolvidos e a dinâmica dos processos envolvidos na tomada e implementação das decisões.
Governança para Saúde	Busca da saúde como um elemento essencial do bem-estar pelo governo e sociedade, visto que a saúde e o bem-estar são essenciais para uma sociedade bem-sucedida e uma economia próspera.
Governança Global da Saúde	Arranjos institucionais existentes com vistas à condução dos assuntos internacionais e globais na área da saúde.

(...) sobre, mesmo que resumidamente, os 10 princípios, enfatizando o último deles destacando que ele trata da “(...) a ação normativa do poder do Estado sobre um conjunto de atividades econômicas e sociais que impactam a saúde humana e o ambiente, é um dos mais poderosos mecanismos para o efetivo exercício da governança nestes setores”, mencionando, **TAMBÉM**, as particularidades do Estado brasileiro, especialmente quanto à dimensão continental, ser um estado federado de diferentes realidades concernentes às regionalidades e ao seu povo.

Princípios	Definição	Aplicação na Saúde
Transparência	Disponibilização de informações claras sobre as ações executadas; Garante aos stakeholders confiança nos processos de tomada de decisão e ações das entidades do setor público.	Portal da transparência disponível nos sites institucionais do Ministério da Saúde e Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde. Disponibilização a sociedade do PPA, RAG, LDO, LOA.
Accountability	Obrigatoriedade do gestor público de prestar contas de suas decisões e ações à sociedade que lhe delegou o poder para tal; Implica repreensão de comportamentos que apresentarem desvios de conduta.	Elaboração e divulgação do RAG. Apresentação de projetos e resultados nos conselhos estaduais e municipais de saúde.
Participação	Participação da sociedade nas atividades do governo de maneira direta ou indireta através de instituições ou representantes legítimos.	Conselhos estaduais e municipais de saúde. Conferências municipais e estaduais de saúde.
Integridade/Ética	Procedimentos completos baseados na honestidade, objetividade, elevados padrões de probidade e probidade na administração dos recursos públicos e na gestão da instituição. Compliance (conduta de acordo com a regra).	Aplicação dos protocolos estabelecidos pela ANVISA para produção e comercialização de produtos relacionados a saúde, ex: fármacos, equipamentos médicos hospitalares, etc.
Conformidade Legal	Cumprimento das leis e regulamentos prescritos para a administração pública.	Compras equipamentos e insumos por processo licitatório – Lei n.º 8.666.

Equidade	Distribuição equilibrada de benefícios. Possibilita oportunidades iguais a todos os envolvidos. Responsável pela prevenção de privação de resultados, especialmente em saúde, educação e níveis de consumo.	Pilar de sustentação do SUS prevê a distribuição paritária de procedimentos / internações de alta complexidade entre municípios.
Eficiência	Relação entre os produtos/serviços gerados com os insumos empregados, usualmente sob a forma de custos ou produtividade.	Avaliação dos custos de procedimentos médicos.
Eficácia	Refere-se à quantidade e qualidade de produtos/ serviços entregues ao usuário (beneficiários diretos dos produtos/serviços da organização).	Pactuação de metas entre união, estados e municípios por meio do COAP.
Efetividade	Refere-se aos impactos gerados pelos produtos/serviços, processos ou projetos.	Redução das taxas de morbidade e mortalidade
Regulamentação e Vigilância em saúde	Ação normativa do poder do Estado sobre um conjunto de atividades econômicas e sociais que impactam a saúde humana e o ambiente.	Normatizações emitidas pelas SVS's estaduais e municipais e pela ANVISA.